



## **Políbio e os princípios de sua investigação histórica: algumas considerações**

### **Polybius and the principles of his historical investigation: some remarks**

Henrique Modanez de Sant'Anna<sup>1</sup>

Submetido em Agosto/2012

Aceito em Novembro/2012

#### **RESUMO:**

Este artigo trata algumas das questões centrais na obra do historiador grego Políbio de Megalópole, feito refém pelos romanos após a destruição da Liga Aqueia, enfatizando suas concepções metahistóricas (como Roma subjugou todo o mundo conhecido por eles em cerca de 50 anos) e suas possíveis relações com a teoria da “anaciclose”, tal qual apresentada por Políbio. Tendo isto em mente, procurarei inserir o debate acerca da chamada “história pragmática” polibiana e da constituição mista dos romanos, como forma de destacar os elementos supracitados à luz do que escreveu o próprio historiador antigo.

**Palavras-chave:** Políbio; historiografia helenística; Roma.

#### **ABSTRACT:**

This article deals with some of the central issues in the work of the Greek historian Polybius, emphasizing its metahistorical conceptions (how did Rome conquer the known world in about 50 years) and its relations with the theory of “anacyclosis”. With that in mind, I will try to present the debate on the so-called “pragmatic history” by Polybius and the mixed constitution of the Romans, as a way to cast light on the above-mentioned elements according to Polybius himself.

**Keywords:** Polybius; Hellenistic historiography; Rome.

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto de História Antiga da UnB e “Fellow in Hellenic Studies” (2012-13) do Harvard CHS. Doutor em História pela UnB. E-mail: modanez@unb.br



## O historiador e sua obra

Políbio viveu num tempo de grandes transformações políticas (c. 198-117 a.C.), no momento em que os destinos de gregos e romanos foram ligados de maneira a transformar suas histórias definitivamente. Isto significa dizer que ele testemunhou o colapso do sistema helenístico, com todas as suas variações políticas (devidas, principalmente, às acomodações das tensões provocadas pelas elites políticas locais), tendo sido feito refém dos romanos após a derrota dos gregos na batalha de Pidna (168) (DEROW 2005, pp. 51-70). Em Roma, Políbio ganhou não só a simpatia de Cipião Emiliano, mas também a chance de conhecer em primeira mão os assuntos romanos e o funcionamento de suas instituições. Tendo lá vivido dezesseis anos, antes de poder retornar à Grécia, conquistou a oportunidade de conceber a sua obra e de escrevê-la parcialmente (ao menos os 15 primeiros livros) (MOMIGLIANO 1991, p. 28). O plano inicial era narrar a história da conquista romana, dos princípios da Segunda Guerra Púnica (220) à submissão da Macedônia (168), tomando a segunda guerra contra os cartagineses como ponto de partida devido à simultaneidade de três grandes conflitos: a guerra entre Roma e Cartago, a guerra das Ligas gregas (Aqueia e Etólia), que contava com a participação incessante de Filipe, e a guerra entre Antíoco e Ptolomeu Filopator. Até esse momento, diz Políbio, eventos de várias partes do mundo estavam desconectados; à época da Segunda Guerra Púnica, no entanto, os assuntos italianos e africanos passaram a ter relação direta com os assuntos gregos e asiáticos. A história havia se tornado um “todo orgânico”, como uma passagem mais adiante em Políbio deixa transparecer:

Até essa época os eventos mundiais tinham sido por assim dizer dispersos, pois não eram interligados por uma unidade de iniciativa, de resultados ou de localização; desde essa época, porém, a História passou a ser um todo orgânico, e os eventos na Itália e na Líbia interligaram-se com os da Hélade e da Ásia, todos convergindo para um único fim. Por isso a nossa História pragmática inicia-se nessa época. (POLÍBIO, Histórias, 1, 3).



Ainda que a Segunda Guerra Púnica seja reconhecidamente o ponto de partida de sua obra, Políbio não a inicia sem antes preparar uma longa introdução, em dois livros, sobre a história das relações entre Roma e Cartago, partindo da Primeira Guerra Púnica, que ele considera somente um prelúdio da seguinte, e das questões concernentes à Liga Aqueia. Como Tucídides, Políbio elaborou um tipo de introdução (*prokataskeuê*). Quanto ao seu fim, após reconsiderar a importância de eventos subseqüentes, tais como a queda de Cartago e a anexação da Grécia em 146 a.C. (WALBANK 1990, pp. 16-19; MOMIGLIANO 1991, pp. 27-28), Políbio alcançou o impressionante número de 40 livros, dos quais apenas os cinco primeiros nos chegaram intactos. Dos demais temos apenas fragmentos, alguns extremamente relevantes (como aqueles do livro seis, sobre a constituição dos romanos). É possível que Políbio tenha concluído o seu trabalho em 134 a.C., a despeito de diversas inserções e correções feitas até o ano de 120 a.C. De todas as inserções posteriores, talvez as mais interessantes sejam as que sugerem a visita do historiador a Hispânia, em 133 a.C., e aquelas que fazem alusão aos irmãos Graco.

Como a história de Políbio dá continuidade, em relação ao mundo mediterrânico ocidental, àquela escrita por Timeu (FrGH 566), o sistema de organização cronológica por ele adotado é parcialmente o mesmo do historiador de Tauromênio. Isto significa dizer que Políbio reconhece a marcação dos anos pelas Olimpíadas, da mesma forma que Timeu, mas ao mesmo tempo toma a liberdade de introduzir elementos novos, a exemplo da contagem dos anos dos cônsules romanos. É digno de nota que o ano polibiano não coincide com aquele da Olimpíada (em julho), tendo início cerca de três meses depois, no primeiro dia de outubro. Esta divisão parece ter sido determinada pelo fato de o equinócio de outono e o começo dos anos oficiais dos estrategos das Ligas Aqueia e Etólia se darem ao mesmo tempo (BURY 1908, p. 193).

Políbio escreveu outros trabalhos menores. A primeira obra de Políbio parece ter sido uma biografia em tom panegírico de um estadista aqueu em três livros, da qual temos notícia na vida de Filopemene, escrita por Plutarco. Outra obra é a “Tática”, mencionada no livro nove e mais tarde por Arriano. Há ainda uma monografia mencionada por Gemino sobre a habitabilidade das regiões equatoriais. Nenhuma dessas obras, no entanto, nos ajuda na tarefa de datar precisamente todas as etapas da história escrita por Políbio (WALBANK 1991, p. 15; MEISTER 2008, p. 185).



## A história pragmática

Se é bem verdade que a obra de Políbio pode ser considerada, tal qual a de Tucídides, uma “aquisição perene” (*ktema es aiei*), podemos dizer que sua importância, da mesma forma que aquela atribuída ao historiador da Guerra do Peloponeso, reside no fato de Políbio acreditar que a representação precisa dos fatos era um traço fundamental no trabalho do historiador. Três elementos podem ser listados como pré-requisitos para a execução de tarefa tão delicada: (1) o estudo e crítica das fontes, (2) a autópsia ou o conhecimento pessoal das regiões tratadas e (3) experiência política (WALBANK 1991, p. 16).

Políbio preenchia, como parece óbvio, os pré-requisitos acima enumerados: homem de ação, com experiência política e militar, estava quase sempre presente ao lado de Cipião nos eventos que narrou com mais vida (a destruição de Cartago, por exemplo, durante a qual o general romano supostamente chorava pela cidade em chamas, temendo que um dia Roma tivesse o mesmo destino), ainda que muita cor tivesse sido também dada ao relato da Guerra Mercenária (241-237), conflito que Políbio não testemunhou. Além disso, Políbio não incorporava relatos de terceiros aos seus sem a investigação apropriada e dificilmente se entregava ao argumento da autoridade. Por exemplo, contra a “autoridade equivocada” do historiador Fábio Pictor, Políbio se posicionou da seguinte maneira:

Queria alguém saber por que mencionei Fábio e sua afirmação? Não foi por temor de ver os leitores aceitarem as suas teses, considerando-as plausíveis; a ilogicidade inerente a elas é evidente a qualquer um, mesmo sem comentários meus. Mas o meu objetivo é prevenir os leitores desta obra para não darem atenção ao nome do autor e sim aos fatos, pois há pessoas que dão importância não ao que Fábio escreve e sim ao próprio escritor, e levando em conta a sua qualidade de contemporâneo dos acontecimentos e de senador romano aceitam imediatamente como digno de crédito tudo que ele diz. Na minha opinião, embora não devamos atribuir pouco valor à sua autoridade não somos obrigados todavia a aceitá-la como definitiva, e na maioria dos casos os leitores devem pôr à prova suas afirmações confrontando-as com a realidade dos fatos. (POLÍBIO, Histórias, 3, 9).



Quanto à autópsia, Políbio não se mostrou mais condescendente. Timeu e Zenão de Rodes foram alvo de suas críticas, o primeiro por “viver apenas num único lugar” e o segundo por sua suposta ignorância geográfica. As viagens de Políbio a Itália, Sicília, África e Hispânia são provas de que não há, ao menos nesse aspecto, descompasso entre suas críticas e o que por ele foi feito.

Sua visão da história, concordam os historiadores, é pragmática e universal (WALBANK 1991, p. 16). Mas o que isso significa? O termo *pragmatikos* faz referência ao “político prático”, diriam alguns, de maneira que a história pragmática seria aquela ocupada com questões políticas atuais e com a instrução de seus leitores. Porém, diferentemente de Tucídides, Políbio dizia não apenas narrar os eventos mais importantes até então existentes, mas também descrever um processo único – a unificação do *oecumene* (MARINCOLA 2007, pp. 171-179; MEISTER 2008, p. 191). Sua história teria, obrigatoriamente, um propósito pragmático, o qual seria obtido a partir da explicação de suas causas e conexões:

[...] Resolvi escrever uma História do gênero pragmático, primeiro porque há sempre uma novidade digna de tratamento novo – não seria possível aos antigos narrar eventos posteriores à sua própria época – e, em segundo lugar por ser considerável a utilidade prática de tal gênero de História, tanto no passado quanto – e principalmente – no presente, numa época em que o progresso das artes e das ciências tem sido tão rápido que as pessoas desejosas de aprender são capazes – digamos assim – de submeter a uma análise metódica quaisquer circunstâncias passíveis de exame. Sendo então o meu objetivo não tanto entreter os leitores quanto beneficiar os espíritos afeitos à reflexão [...], me dediquei a escrever este gênero de História (POLÍBIO, Histórias, 9, 2).

A “história pragmática” visava fornecer lições políticas e militares. Envolvido com os assuntos militares, Políbio demonstrou interesse especial na descrição das campanhas, com abertura para os impactos sociais da guerra. Por exemplo, a figura do mercenário é um tema sobre o qual Políbio se debruça com energia, em particular os problemas causados para o contratante. Como os *misthophoroi* (aqueles que recebem pagamento, isto é, mercenários) são comuns em governos tirânicos e democráticos, e como Políbio não os enxerga com bons olhos, parece natural que o historiador rejeite o uso dos mercenários como algo positivo, diferentemente do que fez mais tarde Diodoro da Sicília. Entusiasmado com o modelo romano (cf. digressão sobre seu exército no



livro seis), Políbio adere ao que hoje se convencionou chamar de modelo baseado no militarismo cívico (HANSON 1990). Mercenários representariam o oposto disso, tornando-se sempre uma ameaça à vida civilizada. Um exemplo bastante claro é a violência das ações durante o cerco de Région e Messana:

Não muito tempo antes dos acontecimentos de que estamos falando agora, alguns campânios a serviço de Agátocles, cujos olhos cobiçosos estavam voltados de longa data para a beleza de Messene e todas as suas demais vantagens, aproveitaram açodadamente uma ocasião para capturá-la mediante traição. Depois de terem sido admitidos como amigos e ocupado a cidade, eles primeiro expulsaram ou massacraram os cidadãos e em seguida se apossaram das mulheres e filhos de suas vítimas espoliadas, de acordo com a partilha feita ao acaso por ocasião do ultraje. Logo após eles dividiram entre si as terras e todos os outros bens. (POLÍBIO, Histórias, 1, 7).

Os mercenários serviriam, ainda, para ilustrar as diferenças fundamentais entre homens civilizados e bárbaros, como no caso da Guerra Mercenária cartaginesa (MEISTER 2008, p. 189).

Política em conceito e em propósito, a história de Políbio ilustra bem a diferença entre início, causa e pretexto, e ele o faz por meio de exemplos. No caso da expedição asiática de Alexandre, havia uma causa ou o primeiro elemento de uma cadeia de acontecimentos, um início ou o último elemento dessa cadeia de acontecimentos, e o pretexto, aquele usado para o início da referida cadeia:

[...] Pode-se dizer da mesma forma que a travessia de Alexandre para a Ásia foi a causa da Guerra Greco-Pérsica, e que a chegada de Antíoco III em Demetrias foi a causa de sua guerra com Roma, mas nenhuma das duas assertivas é plausível ou verdadeira. Ninguém pode chamar essas ações de causas dessas guerras – no primeiro caso, muitos preparativos e planos para a Guerra Greco-Pérsica tinham sido feitos anteriormente por Alexandre, e alguns deles até por seu pai, Filipe II, quando ele ainda estava vivo, e de maneira similar pelos etólios, no segundo caso, mesmo antes da chegada de Antíoco. Tal terminologia é usada por aqueles que não podem compreender quão grandiosa é a distinção entre início, causa e pretexto, e que falham em ver que a causa é o primeiro elemento numa seqüência de eventos dos quais o início é o último deles. Minha interpretação é que a palavra início deveria fazer referência à primeira tentativa de levar a cabo um plano que já tinha sido decidido, e que a palavra causa deveria fazer referência aos eventos que influenciam nossos propósitos e decisões. [...] A primeira causa verdadeira foi a marcha de retorno dos gregos sob Xenofonte através das satrapias superiores, durante a qual eles atravessaram toda a Ásia, mas nenhum dos bárbaros ousou desafiá-los, ainda que eles estivessem em território hostil. A segunda causa foi a invasão da Ásia pelo rei espartano Agesilau, durante



a qual ele não encontrou nenhuma oposição séria às suas incursões, ainda que tenha sido forçado, devido aos distúrbios na Grécia, a abandonar o seu projeto e retornar para casa. Todos esses fatores convenceram Filipe II da covardia e indolência dos persas, em oposição a sua eficiência (e dos demais macedônios) na guerra. Ele pôde ver também a magnitude e o esplendor das recompensas que poderiam ser esperadas como resultado da guerra, bem como a popularidade que ele traria diante dos gregos. Ele, portanto, inventou o pretexto de vingar as injúrias infligidas aos gregos pelos persas e canalizou suas energias para as preparações intensivas da guerra. Nós devemos, portanto, considerar os eventos mencionados como a causa da guerra contra os persas em primeiro lugar, o pretexto em segundo lugar e o início da guerra como sendo a travessia de Alexandre para a Ásia. (POLÍBIO, *Histórias*, 3, 6; tradução minha, texto com omissões).

### **A constituição romana**

No decorrer de sua história, Políbio atribui o sucesso de Roma principalmente à natureza de sua constituição (POLÍBIO, *Histórias*, 1, 65), ainda que esse não seja o único fator a ser considerado, tampouco se possa descartar o papel da Fortuna no desenrolar de sua narrativa (WALBANK 1991, p. 84). A fortuna seria a responsável pela unificação do mundo conhecido sob Roma – “sua mais bela e benéfica realização” (POLÍBIO, *Histórias*, 6, 2; BURY 1908, pp. 205-207; WALBANK 1943, pp. 73-89; MOMIGLIANO 1991, p. 48; MEISTER 2008, p. 189). Assim, o historiador e a Fortuna estariam em situação de complementaridade, o que permitiu ao primeiro atribuir um novo significado à história universal (diferente, mas ao mesmo tempo devedora daquela de Éforo).

A teoria apresentada por Políbio para explicar a ascensão e queda das constituições políticas pode ser considerada, entre outras coisas, evidência para o seu contato com o estoicismo (FRITZ 1975). Há, no tempo do nosso autor, uma versão estoica acerca da sucessão cíclica das formas de governo, a qual Políbio incorpora numa seqüência curiosa de mudanças políticas vistas na história: da monarquia, a primeira forma de organização conhecida (para Políbio, ao menos), passando pelas revoluções e etapas intermediárias do processo (tirania, aristocracia, oligarquia e democracia), à democracia anárquica ou oclocracia, que conduz toda a sociedade novamente ao ponto de partida de sua teoria cíclica, vale dizer, *ad infinitum*.



As origens históricas da “anaciclôse” são difíceis de mapear (WALBANK 1990, p. 68). Da forma como Políbio (6.5-6) anuncia os princípios da organização social, o início ocorreria com o fato de os seres humanos tenderem “naturalmente e por instinto” a ter relações sexuais, decorrendo delas o nascimento de crianças. Ao chegarem à idade adulta, os filhos não demonstrariam gratidão por seus pais; do contrário, os maltratariam de tal forma que os vizinhos, “partilhando o ressentimento de seu vizinho maltratado e imaginando-se numa situação análoga” veriam nascer o sentimento e a noção do dever, “princípio e finalidade da justiça”. Por outro lado, o homem que se destaca na defesa de seus semelhantes, torna-se proeminente e recebe mais honrarias que os demais, afirmando-se autocrata e depois rei, tendo sempre o apoio do povo. “Assim formou-se naturalmente entre os homens a primeira noção do bem e do justo e dos sentimentos contrários a estes; eis o início e a gênese da verdadeira monarquia”, conclui Políbio. Outro fator importante nesta primeira fase é que o princípio da hereditariedade nasceria como desdobramento inevitável da instauração da monarquia; ela seria a sua filha imediata, o que lhe dá vida no tempo, a despeito da brevidade da vida do monarca.

A monarquia, contudo, não era feita só de homens justos. Em pouco tempo, tendo a sua proeminência assegurada pela tradição, os reis ou príncipes “cederam aos seus apetites por causa dessa superabundância” e passaram a se distinguir dos seus súditos “pelos trajes exclusivos”, acreditando que devia haver “um fausto e uma variedade exclusivas no preparo de suas iguarias e na maneira de servi-las, e que nada devia ser-lhes negado em seus desejos amorosos, por mais desenfreados que fossem”. A “inveja e a reprovação”, de um lado, e os “excessos de cólera e rancor insano” de outro, produziram as conspirações, o que por sua vez levou à tirania.

A etapa seguinte, como parece óbvio, é a sublevação popular. Como conseqüência, a autocracia e a monarquia foram abolidas, tendo se instaurado no lugar a aristocracia. A prerrogativa da qual os pais desfrutavam, da mesma maneira que ocorria na monarquia, afetou diretamente o espírito dos filhos (POLÍBIO, *Histórias*, 6, 9; NICOLET 1974, pp. 222-225; WALBANK 1990, pp. 131-132). Entregues à “cupidez e à ânsia desenfreada de ganhar dinheiro” ou “ao abuso da bebida e a todos os excessos inerentes ao mesmo” (como o estupro de mulheres e o abuso sexual de meninos), os aristocratas despertaram no povo sentimento similar ao que alimentavam pelos tiranos.



Com o massacre dos poucos no poder veio a democracia, pois a “única esperança que lhe resta intacta estava em si mesmos”, de modo que o governo oligárquico deveria se tornar democrático.

Pela terceira geração da democracia, no entanto, os homens já não eram capazes de valorizar a igualdade e a liberdade, alguns começando a almejar mais direitos e vantagens que os outros. Tratava-se, portanto, do fracasso do princípio de isonomia. É neste momento que a democracia é abolida, cedendo lugar para o que Políbio entende ser um verdadeiro “império da violência” (*kheirokratia*). O povo ter-se-ia acostumado a “devorar os bens alheios e a depender para a sua subsistência da propriedade de seus vizinhos”; unido, ele “massacra, exila e saqueia, até regredir para a animalidade total e achar novamente um senhor e autocrata”. Terminada a última fase, o ciclo se iniciaria novamente. Um dado importante aqui é que Políbio acredita no poder instrutivo de sua teoria, pois aquele que for capaz de distinguir o ciclo “difícilmente se equivocará quanto ao seu estágio de crescimento ou declínio e quanto à forma que resultará desse processo”.

Apesar de lidar com tipos puros de monarquia ou democracia, por exemplo, sua inclinação para a observação histórica o levou à combinação ou mistura de princípios constitucionais (WALBANK 1990, pp. 138-139). Os casos de Esparta e Roma são os maiores exemplos de como a união de tais princípios impedia a inevitável destruição das formas de governo, quando elas se encontravam separadas umas das outras. De fato, a concepção metahistórica da obra de Políbio parte “do conhecimento da maneira pela qual, e graças a que espécie de constituição, em menos de cinquenta e três anos praticamente todo o mundo foi vencido e caiu sob domínio dos romanos” (POLÍBIO, *Histórias*, 6, 8). Mais à frente, quando Políbio compara a constituição dos romanos com a dos cartagineses, torna-se emblemática a preponderância do povo nas deliberações em Cartago, o que para Políbio era sinal claro de decadência, ao passo que em Roma tal preponderância estava ainda nas mãos do Senado; essa seria a razão pela qual os romanos venceram os cartagineses, a despeito do desastre completo no início do embate entre os dois poderes imperiais. Quando o povo assume o comando dessa maneira, “a sociedade política passa a usar em relação a si mesma as palavras mais belas de todas –



liberdade e democracia -, mas será de fato a pior das formas de governo – a oclocracia” (POLÍBIO, Histórias, 6, 9).

A equidade das três fontes de autoridade na constituição romana era tamanha, diz Políbio, que “mesmo para um cidadão romano, seria impossível dizer com certeza se o sistema em seu conjunto era aristocrático, democrático ou monárquico” (POLÍBIO, Histórias, 6, 1). A naturalidade de tal esquema permitia que qualquer um enxergasse as três formas de governo em todas as esferas governamentais romanas, dos cônsules “monárquicos” ao Senado “aristocrático” e à participação popular “democrática”. Noutras passagens, no entanto, Políbio parece imprimir idéias contrárias às primeiras, isto é, de que haveria uma permanência da constituição romana devido à sua natureza mista (POLÍBIO, Histórias, 6, 57). Agora, da mesma forma que outras cidades, Roma estaria fadada ao declínio, o que também fora aceito por Cipião, quando da destruição de Cartago pelos romanos. Teríamos, com isso, a aceitação (sem reservas ou exceções) do princípio da “anaclose”.

### **Considerações finais**

Políbio possuía a convicção de que sua história não servia para entreter, mas sim para instruir (POLÍBIO, Histórias, 6, 11). Ainda que inconsciente (pois Tucídides provavelmente não exerceu influência direta sobre Políbio), tal postura representava um retorno ao historiador ateniense Tucídides, como os trechos abaixo ilustram:

[...] a quantos desejarem observar com clareza os acontecimentos ocorridos, e também os futuros que então novamente, em conformidade com o que é humano, ocorrerão semelhantes ou análogos, julgarem tais coisas úteis, será o bastante. Constituem uma aquisição perene, antes do que uma peça para um auditório ocasional. (TUCÍDIDES, História da Guerra do Peloponeso, 1, 22).

Quanto a mim, concentrei a minha atenção exclusivamente nestes últimos assuntos, e como a minha obra não trata de qualquer outra coisa [...], ela agrada somente a uma espécie de leitores, e para o grande público posso oferecer apenas um texto sem atrativos. (POLÍBIO, Histórias, 9, 1).

Como reforço dos trechos acima destacados, permito-me lembrar as palavras de Walbank, que diz que “enquanto a tragédia encanta sua audiência por um momento, a



história traz a ela um benefício para sempre”, o que demarca um retorno à tucidideana “aquisição perene, antes do que uma peça para vencer o aplauso do momento” (WALBANK 1990, pp. 133-134). Assim, ao reconhecer que sua história não oferecerá atrativos retóricos, Políbio encaminha uma crítica à historiografia de seu tempo. De fato, Políbio parecia não gostar do que lia (MEISTER 2008, p. 190).

Contra Timeu, por exemplo, ele dirige palavras duras sobre a invenção de sentenças retiradas puramente de sua imaginação (BARON 2013, p. 58). Segundo Políbio, “devemos levantar sérias dúvidas a respeito do caráter de Timeu”, já que o mesmo fazia parte do grupo dos homens “cegos mesmo com os olhos abertos” (WALBANK 1990, p. 34). Timeu é acusado de ter apresentado algumas afirmações falsas e intencionais, o que relevaria a sua falta como historiador:

Pode algum leitor dessas manifestações deixar de notar que Timeu as reproduziu infielmente na sua obra, e que agiu dessa maneira intencionalmente? De fato, ele não apresenta as palavras efetivamente proferidas nem o sentido do que foi realmente dito; ao contrário, imaginando o que deveria ter sido dito ele mesmo compõe todos esses discursos e tudo que se segue aos eventos, como um aluno em uma escola de retórica tentando falar sobre um tema dado, e exhibe os seus próprios dons oratórios em vez de reproduzir as palavras realmente faladas. (POLÍBIO, Histórias, 12, 25a).

A severidade de suas críticas também não ignora Filarco. A suposta insistência do último em “sempre apresentar em todas as oportunidades esses horrores [isto é, elementos puramente trágicos] diante de nossos olhos” é algo condenável por Políbio, que enxerga na tarefa do historiador o contrário do que se deve esperar de uma tragédia: “o historiador não deve tentar emocionar seus leitores com tais quadros exagerados”; do contrário, insiste, deve “instruir e convencer permanentemente os estudiosos com a veracidade dos fatos e das palavras” (POLÍBIO, Histórias, 12, 24; WALBANK 2002, pp. 165-178). Outro “pecado capital” de Filarco seria apenas narrar as catástrofes e não aludir às suas causas, o que por vezes tornaria obscuro o significado correto ou injusto da ação. Assim, seria impossível sequer “sentir uma piedade justificada ou uma indignação apropriada”.

Por fim, cabe mencionar que a sistematização das críticas feitas por Políbio permitiu a divisão de parte da historiografia helenística em (1) historiografia retórica (a



exemplo de Isócrates de Atenas, Éforo de Cumas, Teopompo de Quios e Anaxímenes de Lampsaco) e (2) historiografia trágica (a exemplo de Duris de Samos e Filarco) (WALBANK 1990, pp. 34-37; MEISTER 2008, pp. 193-194).

Talvez o terceiro historiador antigo mais importante desde Heródoto e Tucídides, Políbio tornou-se fundamental no trabalho do historiador, a despeito do estado fragmentado de sua obra, por ser o único relato contínuo de seu tempo que nos chegou e por apresentar uma visão histórico-universal, além da variedade de suas reflexões teórico-metodológicas (contra as “invenções” de Timeu e a tragicidade de Filarco, por exemplo). Tendo influenciado Montesquieu fortemente, sua importância não se limitou ao século XVIII. Ainda hoje, quando pensamos em escrever história, particularmente a história republicana romana e a de sua relação com o mundo helenístico, ou ainda, em termos mais poéticos, a grande aventura imperial conduzida por Roma nos séculos III e II, Políbio se mostra fonte indispensável e, para muitos, de rigor metodológico superior.

## REFERÊNCIAS

### Fontes

POLÍBIO. **História**. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora da UnB, 1985.

\_\_\_\_\_. **The Histories** (vols. I-II). Books 1-4. Tradução de W.R. Paton. Cambridge, MA; London: Harvard University Press, 2010.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Universidade da UnB, 2001.

### Bibliografia

BARON, C. **Timaeus of Tauromenium and Hellenistic historiography**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

BURY, J.B. **The Ancient Greek Historians**. New York: Dover, 1908.

DEROW, P. The Arrival of Rome: from the Illyrian Wars to the Fall of Macedon. In: ERSKINE, A. **A Companion to the Hellenistic World**. Malden; Oxford; Carlton: Blackwell, 2005. p. 51-70.

HANSON, V.D. **The Western way of war: infantry battle in classical Greece**. New York: Oxford University Press, 1990.



FRITZ, K. **The theory of the mixed constitution in Antiquity**. New York: Arno Press, 1975.

MARINCOLA, J. Universal History from Ephorus to Diodorus. In: \_\_\_\_\_ (org.). **A Companion to Greek and Roman Historiography**. Malden; Oxford; Carlton: Blackwell, 2007. P. 171-179.

MEISTER, K. “Políbio di Megalopoli”. In: \_\_\_\_\_. **La storiografia greca**. Roma; Bari: Laterza, 2008. Pp. 183-197.

MOMIGLIANO, A. “Políbio e Posidônio”. **Os limites da helenização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1991. Pp. 27-50.

NICOLET, C. “Polybe et les institutions romaines”. In: GABBA, Emilio. **Polybe. Entretiens sur l’Antiquité Classique** (Tome XX). Vandoeuvres; Genève: Fondation Hardt, 1974. Pp. 209-266.

WALBANK, F.W. Polybius on the Roman constitution. *The Classical Quarterly*, Cambridge, Vol. 37, n. 3/4, p.73-89, jul. - oct., 1943.

\_\_\_\_\_. **Polybius**. Berkley and Los Angeles: University of California Press, 1990.

\_\_\_\_\_. **Polybius, Rome and the Hellenistic World: Essays and Reflections**. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2002.

\_\_\_\_\_. Fortune (Tyché) in Polybius. In: MARINCOLA, J. (org.). **A Companion to Greek and Roman Historiography**. Malden; Oxford; Carlton: Blackwell, 2007. P. 349-355.